

NÃO AO LEILÃO DO CAMPO DE LIBRA

No próximo dia 21 de outubro pode acontecer um duro golpe com a maior privatização da história do país. O campo de Libras, na Bacia de Santos, com uma riqueza em petróleo estimada em R\$ 3 trilhões de reais, que foi descoberto pela Petrobras com tecnologia nacional, está para ser leiloado na 12ª rodada de leilões de petróleo por R\$ 15 bilhões pelo Governo Federal.

Nacionalmente foram programadas várias atividades contra o leilão do petróleo brasileiro, em defesa de uma Petrobras 100% estatal e de um futuro para o povo brasileiro. Os sindicatos da Intercel e da Intersul participam destas mobilizações. Em Itajaí, ocorreu ontem, dia 16 na frente do terminal portuário da Petrobras. Em Florianópolis, a manifestação ocorre hoje, com panfletagem no calçadão.

Este será o primeiro leilão de Pré-Sal e, não só pelo seu imenso potencial de mais de 12 milhões de barris de petróleo, mas também por dar uma direção de como serão os próximos. Por isso uma carta assinada por centenas de instituições foi enviada à presidente Dilma Rousseff pedindo o cancelamento do Leilão de Libra. A carta gira em torno de um argumento central: "ao permitir que as multinacionais se apropriem do campo de Libra, que, sozinho, pode fazer jorrar até 12 milhões de barris de petróleo, o governo coloca em risco não só a soberania, como também o desenvolvimento do Brasil". Se não fizesse o leilão, o Brasil recuperaria o investimento no poço de Libra em menos de 2 anos.

Se uma pesquisa de opinião fosse feita, a nível nacional, com uma única pergunta: "O que o Senhor (ou Senhora) acha do Leilão de Libra que ocorrerá no dia 21 de outubro?", certamente, uns 95% dos pesquisados responderiam: "O que é Libra"? O campo de petróleo de Libra não é conhecido por interesse do capital internacional que quer a população desinformada, possibilitando, desta forma, que uma verdadeira privatização camuflada ocorra. Esta blindagem de informações extremamente relevantes para a sociedade ocorre graças ao controle total exercido pelo capital sobre a mídia comercial.

Os argumentos para a suspensão do leilão são muitos. Alguns lembram que o Brasil já dispõe de reserva para mais de 60 anos de consumo. Outros alertam que a pressão internacional pelo nosso petróleo é grande, uma vez que existem países vivendo grande insegurança energética. Vale lembrar ainda que o edital da licitação para Campo de Libra está com diversas impropriedades e ilegalidades e, por último, recentemente os brasileiros ficaram sabendo que a Petrobras estava sendo espionada.

7 MOTIVOS PARA BARRAR O LEILÃO DO PETRÓLEO

1 - LIBRA (PRÉ-SAL) É DOS BRASILEIROS! NÃO À ENTREGA ÀS MULTINACIONAIS!

O campo de Libra é um dos maiores campos de petróleo do mundo, possui de 9 a 12 milhões de barris de petróleo. Vale cerca de 3 trilhões de reais e será leiloado a preço de banana, 15 bilhões, ou seja, a 0,5% do que vale. O governo quer leiloar esse campo dia 21 de outubro

2 - LEILÃO É PRIVATIZAÇÃO

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso quebrou o monopólio de exploração do petróleo (até então só a Petrobras podia explorar petróleo no Brasil) e abriu caminho para a entrega do petróleo para as empresas privadas. Ele leiloou os 157 primeiros blocos petrolíferos. Os governos Lula e Dilma continuaram os leilões, que nada mais são do que a entrega do petróleo brasileiro às grandes empresas estrangeiras. O leilão do campo de Libra é a maior privatização da história do país.

3 - TODO O PETRÓLEO TEM QUE SER NOSSO!

As reservas de petróleo brasileiras estão estimadas em 16,4 bilhões de barris. Com a descoberta do pré-sal devem chegar a 100 bilhões de barris. O Brasil arrecadaria uma riqueza na ordem de 20 trilhões de reais e poderia resolver os problemas da saúde, educação, transportes e tantos outros que afligem o povo. Porém, com os leilões essa riqueza está indo para empresas estrangeiras.

4 - POR UMA PETROBRÁS 100% ESTATAL!

A Petrobras chegou onde chegou graças ao esforço dos trabalhadores e do povo brasileiro ao longo desses 60 anos, mas ela vem sendo silenciosamente privatizada. Primeiro foi a quebra do monopólio, depois vieram os leilões e hoje os estrangeiros já são donos de 44% de suas ações. A Petrobras deve ser defendida, ela tem total capacidade técnica para explorar o pré-sal e condições financeiras também. Por uma Petrobras 100% estatal.

5 - DEFENDER O EMPREGO!

A Petrobras conta hoje com mais de 300 mil funcionários terceirizados, ou seja, trabalhando hoje para a Petrobras, mas contratados por outras empresas que contratam com baixos salários e quase sem direitos trabalhistas. Em 2012 houve 13 mortes e todos eram terceirizados. Tudo isso para aumentar a entrega de riqueza aos acionistas privados.

6 - NÃO AO PAGAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA! INVESTIR NO PRÉ-SAL!

Uma das justificativas que o governo usa para leiloar o pré-sal é não haver dinheiro para investir. Isso é falso por dois motivos: o primeiro é que o BNDES (com dinheiro público) será o principal financiador das empresas privadas que irão extrair petróleo e poderia muito bem financiar a Petrobras; em segundo lugar o governo gastou, só em 2012, R\$ 753 bilhões com juros e amortizações da dívida aos banqueiros. Por que, em vez de ficar pagando essa dívida que já foi paga várias vezes, o governo não usa esse dinheiro para o pré-sal? A verdade é que o governo quer vender o pré-sal para fechar suas contas e garantir um superávit primário (caixa para pagar juros e amortizações da dívida aos banqueiros internacionais).

7 - O FUTURO NÃO SE VENDE! SOBERANIA SE DEFENDE!

As multinacionais estrangeiras nunca quiseram investir em pesquisa no Brasil e agora que a Petrobras, com dinheiro dos trabalhadores e do povo brasileiro, descobriu o pré-sal, querem saquear nossas riquezas. Assim como Portugal e Inglaterra saquearam nosso ouro, agora as multinacionais querem saquear nosso petróleo, Quem tem petróleo tem energia, tem soberania, tem futuro. E o futuro não se vende!

ASSINAM:

Intercel - Intersul - Sindiprevs - Sinergia
 Sintespe - Sintraturb - Sindsaúde - MST - PCLPC
 Aprasc - Sinte-SC (Fpolis) - PSTU - Sinte-SC (São José)
 PCB - Sintrajusc - Anel - Unidade Classista
 CSP/Conlutas - Consulta Popular - UJC
 Gabinete do Sargento Soares (PSOL)
 Gabinete do Vereador Lino (PT)

CHAPA 1 COMEÇA PERCORRIDA NA CELESC

A Chapa 1 - **Trabalhadores unidos, Celos Forte!** - dos companheiros Henri Claudino e Paulo de Oliveira, apoiados pelos sindicatos da Intercel, iniciou nesta terça-feira, dia 16, a percorrida pelas agências da Celesc para debaterem com os trabalhadores os rumos da Celos e a importância de uma representação comprometida com o futuro dos Celesquianos.



APOIO DOS CELESQUIANOS

A definição do apoio da Intercel a Henri e Paulo foi tomada com ampla participação dos trabalhadores na Assembleia Estadual deste ano, realizada em Lages, onde seus nomes foram referendados na maior assembleia da categoria eletricitária. Os sindicatos que compõem a Intercel confiam na competência e capacidade de Henri e Paulo para contribuir com a manutenção do trabalho de excelência prestado pela Fundação Celos.

PROPOSTAS E COMPROMISSOS

TRANSPARÊNCIA E RESPONSABILIDADE

O Conselho Deliberativo é o órgão máximo da Fundação. É ele que toma as decisões que definem a política geral de administração dos planos e benefícios dos participantes. A candidatura dos companheiros Henri e Paulo, apoiados pelos sindicatos que compõem a Intercel, é uma proposta de compromisso com o trabalhador celesquiano. Defendendo uma gestão competente e participativa na Celos, Henri e Paulo traçam um paralelo com a luta pela gestão pública e profissional na Celesc.

COMUNICAÇÃO PERMANENTE, INFORMAÇÃO DEMOCRÁTICA



Para que o celesquiano se sinta bem representado e possa acompanhar de perto a rotina do Conselho Deliberativo, propomos além de um boletim mensal, uma página no Facebook para ampliar o acesso à informação e garantir o debate com os celesquianos.

facebook.com/henri.claudino

FUTURO TRANQUILO



"A fundação Celos é sinônimo de futuro tranquilo. Pelo menos esta é a visão com que pretendemos representar os participantes no Conselho Deliberativo. Para isso, é preciso

deixar claras as propostas e compromissos que assumiremos com você, participante. Nosso foco é a gestão segura dos planos e benefícios, garantindo a longevidade da fundação e o bem-estar dos celesquianos"

VOTE CHAPA 1 COM O APOIO DA INTERCEL

TRACTEBEL

PRIMEIRA RODADA DE NEGOCIAÇÃO

É grande a expectativa da categoria por aumento real de salário

A primeira rodada de negociação da data-base com a Tractebel ocorrerá no dia 23 de outubro às 14 horas. Essa é a hora da empresa ir além do elogio e reconhecer o esforço dos seus trabalhadores ao analisar cada uma das reivindicações, principalmente com relação ao ganho real. Assim como os acionistas têm recebido a cada semestre a distribuição máxima dos resultados, a negociação coletiva é o momento de reconhecer através de melhores condições de salários, benefícios e condições de trabalho aqueles que são os verdadeiros responsáveis por estes resultados.

"Assim como os acionistas têm recebido a cada semestre a distribuição máxima dos resultados, a negociação coletiva é o momento de reconhecer através de melhores condições de salários, benefícios e condições de trabalho aqueles que são os verdadeiros responsáveis por estes resultados"

Negociações no primeiro semestre

Levantamento realizado pelo DIEESE através de um conjunto de 328 negociações no primeiro semestre de 2013 revelou que 85% tiveram aumento real de salário. Apesar da costumeira resistência de empresas e setores, a maior parte das negociações tem finalizado com aumentos reais, como o caso recente dos bancários que fecharam reajuste de 8%, coincidentemente mesmo percentual reivindicado junto à Tractebel. Na pesquisa com os trabalhadores ficou evidente a expectativa quanto ao aumento real. Do total de pesquisados 65% considera o aumento real a forma adequada de valorização do seu trabalho. A preferência por esta forma coletiva de valorização é reforçada pelo fato de que 55% disse não acreditar no sistema de avaliação do seu desempenho praticado pela empresa, sendo que esse número subiu para 67% quando separado os trabalhadores com mais de 10 anos de Tractebel. Portanto, seja pelo expressivo crescimento da empresa no último período, pelo contexto das demais negociações coletivas e pelos resultados revelados na pesquisa, a expectativa dessa primeira rodada é de que não haja enrolação e a empresa acompanhe o aumento real que foi observado em 85% das negociações no primeiro semestre.

CELESC

CARTA DA INTERCEL REAFIRMA LUTA CONTRA TERCEIRIZAÇÃO

Os sindicatos que compõem a Intercel encaminharam nesta terça-feira, dia 15, carta à diretoria da empresa, reafirmando a luta contra a terceirização na Celesc. As últimas notícias divulgadas do Plano de Eficiência Operacional demonstram a clara intenção de avançar com a terceirização, contrariando todo o discurso de primarização e expondo a empresa e os trabalhadores a uma inadmissível precarização das relações de trabalho. Abaixo reproduzimos os pontos levantados na carta.

1 – uma análise crítica do conjunto de medidas apresentadas no documento denominado "síntese dos planos de ação das iniciativas prioritárias" não deixa dúvida de que o intuito da empresa é precarizar ainda mais a relação de trabalho hoje existente;

2 – Em nossa avaliação a única possibilidade de alcançar um quadro de lotação de 2.700 trabalhadores destacada no documento se dará a custos de mais terceirização da força de trabalho. Esta situação está claramente revelada na iniciativa que pretende permitir as empreiteiras ligar e desligar a rede. Portanto, revela uma política deliberada de transferir a terceiros atividades hoje desenvolvidas pelo quadro próprio de trabalhadores;

3 – O compromisso de contratação de profissionais necessários definido com o Ministério Público do Trabalho fica evidentemente negligenciado no referido documento, inclusive a contratação de atendentes comerciais para o atendimento das condições estabelecidas na Resolução 414 da Aneel e objeto de um Termo Aditivo no PCS não estão sendo considerados;

4 – Reafirmamos os termos de nossa correspondência número 016 de 16 de julho de 2013 que tratava do projeto de eficiência operacional. Naquela oportunidade afirmamos que não há antecipadamente recusa dos representantes sindicais na adoção de medidas que tenham como foco a melhor gestão da força de trabalho. Entretanto, a recusa existe para qualquer medida que tenha como objetivo a terceirização de atividades previstas no Plano de Cargos e Salários sob o pretexto de que fazem parte do projeto de eficiência operacional. A posição dos sindicatos é a de que a melhoria dos processos tenha como condição indispensável a recomposição do quadro de empregados próprios da empresa.

A carta termina com a reafirmação da disposição de luta contra a terceirização: **"Baseado nessas considerações reafirmamos nossa contrariedade ao conjunto de medidas que tenham como resultado a piora nas relações de trabalho, pois não consideramos esse mecanismo o modo adequado de ser eficiente"**.

ELETROSUL/ELETOBRAS

EVASÃO DE TALENTOS NA ELETOBRAS

PDI joga no mercado pessoal especializado, formado em décadas, e gera vácuo de conhecimento na empresa

Por quatro décadas o engenheiro Luciano Carneiro atuou e acumulou conhecimento em atividades no Grupo Eletrobras. No auge da carreira, assessorou a presidência, trabalhando diretamente no planejamento do setor elétrico brasileiro. Mas, há cerca de um mês, deixou a empresa na mesma leva em que saíram, até 13 de dezembro, 4,3 mil empregados, que aderiram ao Plano de Demissão Incentivada (PDI); uma solução orçamentária para a companhia, após a imposição de queda de receita pelo governo. Carneiro irá abrir um instituto para repassar o conhecimento adquirido a novatos do setor, inclusive de concorrentes da estatal, e projeta atuar, até mesmo, em países da África, onde a Eletrobras ajudou a estruturar o sistema elétrico para, em seguida, retirar-se. Em trajetória semelhante, Alcimar Tomas, após 37 anos de dedicação, deixará a Eletrobras até o fim do ano para ser "taxista ou corretor de imóveis". E Adilson de Souza, com 38 anos de experiência, "vai para casa para ficar uns tempos sem planejar nada". "O problema do PDI é que não é a empresa que escolhe quem sai. É voluntário. E a tendência é que saiam os melhores, com mais possibilidade de recolocação no mercado. O impacto para a companhia depende da sua ambição. Se a intenção é alterar o papel estratégico

"Todo o conhecimento adquirido em décadas de trabalho na empresa responsável pela montagem e condução da infraestrutura elétrica no país será transmitido aos que permanecerão em seus cargos no curto período de cinco meses — de julho, quando o primeiro grupo de demitidos deixou a companhia, a dezembro deste ano, data da última saída em massa"

que possui hoje, os danos são menores. Mas é claro que tem impacto", ressalta o professor do Grupo de Estudos do Setor Elétrico do Instituto de Economia da UFRJ Edmar de Almeida. Todo o conhecimento adquirido em décadas de trabalho na empresa responsável pela montagem e condução da infraestrutura elétrica no país será transmitido aos que permanecerão em seus cargos no curto período de cinco meses — de julho, quando o primeiro grupo de demitidos deixou a companhia, a dezembro deste ano, data da última saída em massa. Nesse intervalo de tempo, os que aderiram ao PDI são obrigados a preencher um formulário, no qual descrevem o cotidiano dos seus trabalhos, uma tentativa da empresa de reter o conhecimento, conta Tomas. "Preenchi rapidamente o formulário de repasse de conhecimento, o que teria que ter feito até o dia 18, mas não consegui. Nos próximos meses, aprovei-

to para continuar transmitindo minha experiência a quem fica, no meu dia a dia", afirma Tomas, responsável pela marcação de viagens de funcionários da controladora do grupo. Souza diz que, a três meses de se desligar, ainda debate com a chefia do departamento financeiro um plano de transição, para tentar deslocar a experiência adquirida ao longo de décadas. "Entre como contínuo e estou saindo como economista. Conheço todas as divisões do meu departamento", ressalta. Já Carneiro é explícito na crítica ao processo de transição da experiência dos funcionários. "A Eletrobras não se preocupa como know how que

está perdendo. Não há treinamento de transição. Só existe a preocupação de redução do efetivo", contesta. O que considera um vácuo de conhecimento especializado no setor de eletricidade como consequência do PDI, Carneiro irá utilizar como matéria prima no instituto que está criando junto com quatro ex-funcionários da Eletrobras. Aos 70 anos, ele admite que não tem chance de se recolocar no mercado. Em compensação, os profissionais que ingressam nem de longe têm a sua experiência, diz ele. "O mais fácil foi partir para o meu próprio negócio, prestando consultoria em conservação de energia ou em treinando novatos no setor, que possui uma carência

muito grande de recursos humanos", relata. A ideia é prestar serviço para qualquer empresa, inclusive para a Eletrobras e, possivelmente, a companhias do segmento de energia que não lidam somente com o negócio de eletricidade, como a Petrobras. "Tem muita gente operando o sistema sem saber o que está fazendo", argumenta. A Eletrobras, por meio de sua assessoria de imprensa, afirma que as "empresas do grupo estruturaram planos para o repasse do conhecimento e eles estão em andamento". A estatal informa que, após o PDI, mantém a proporção de profissionais envolvidos à sua atividade principal, de 55%, em comparação aos empregados de apoio, de 45%. A ideia é que a relação de trabalhadores focados na operação do sistema elétrico alcance 80% com o passar do tempo, com a redução gradativa do pessoal de apoio.

Matéria da jornalista Fernanda Nunes, publicada no Brasil Econômico em 17 de setembro de 2013


LINHA VIVA é uma publicação da Intersindical dos Eletricitários de SC
Jornalista responsável: Paulo Guilherme Horn (SRTE/SC 3489) | Conselho Editorial: Wanderlei Lenartowicz
Rua Max Colin, 2368, Joinville, SC | CEP 89206-000 | (047) 3028-2161 | E-mail: sindsc@terra.com.br
As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.
www.sindinorte.org | www.sinergia.org.br | www.sintresc.com.br |
www.sintevi.com.br | www.intersul.org

NA ROTAÇÃO DA LUTA PELA TERRA

Parafuso” aperta laços fraternos no plantio de um tempo novo

Por Elaine Tavares*

Ele aparece vez em quando. Baixinho, óculos de grau e riso largo. Passo rápido, camisa bem passada e a indefecível maleta preta. Dentro dela, o sonho da terra repartida. Livros, papéis, panfletos e toda a sorte de escritos que tratam da Reforma Agrária. O nome, estranho, ninguém conhece. Dizer Agnor não provoca reação. Mas, o apelido, é sempre seguido de um riso doce, de reconhecimento seguro. Parafuso! O homem do MST.

Agnor Bicalho Vieira, 68 anos, nasceu no interior do Espírito Santo, na pequena e rural Muniz Freire. De pai português e mãe cabocla, é o oitavo filho dos 13 que vieram ao mundo. Cedo conheceu o trabalho. Desde os seis anos já estava na lida, roçando terra arrendada. Queria estudar, mas nunca passou da terceira série, pois os pais migravam muito, na busca de serviço. Aprendeu a ler sozinho, na marra, tendo como cartilha as escrituras sagradas. “Naqueles dias eu era oprimido pelo credo do ‘Jesus salva’. Tinha que ajoelhar no milho, era obrigado a crer. Sabia de cor a doutrina do catecismo”.

O menino Agnor, oprimido na fé, acabou sendo um fervoroso pregador. “Eu reproduzia a opressão. Era uma coisa louca”. E foi nesse mundo da igreja que conheceu aquela que viria ser o amor de sua vida, Maria Helena. Numa das andanças pelas fazendas do interior do Paraná, apaixonou-se pela bela catequista. Unidos na fé e no amor, casaram. Queriam andar pelo mundo salvando almas. Era o ano de 1969, a ditadura comia solta, mas eles ainda estavam cegos.

O casamento tirou Agnor do campo. Como o pai da noiva não queria a união, eles migraram para São Paulo. Lá, a vida foi dura demais. Vieram os filhos e também a miséria. Agnor trabalhou na construção civil. Morava nos alojamentos insalubres enquanto a mulher ficava na cidade, num cômodo alugado. Então veio o desemprego, o despejo, a dor. Os filhos tinham fome. “Foi um tempo difícil, mas de muito aprendizado. Eu era peão, vivendo no meio do povo e isso me ajudou a entender melhor a vida do meu país”.

Em 1973 veio para Santa Catarina, onde já viviam alguns de seus irmãos. Desde então, a vida mudaria para sempre. Morava em Araquari quando conheceu um desses “padres vermelhos”, que falavam de um outro Jesus e organizavam as Comunidades Eclesiais de Base. Pequenos encontros nas capelinhas que diziam de um deus amigo, irmão, que incitava ao povo a construir aqui, na terra, o paraíso, de terra repartida e vida plena. Foi ali, também, que ganhou o apelido, Parafuso, que o acompanha até hoje. “Meu irmão era conhecido como Prego, eu era menor que ele, então fiquei Parafuso”. Naqueles dias, ele ainda não fazia a ligação entre a teologia da libertação e a política. Mas, meio sem saber, de pregador ortodoxo da palavra de deus, passou a organizador de gentes, um trabalho político coletivo que desembocaria na criação dos mais importantes movimentos populares do país. Em Caçador, no ano de 76, é criada a Comissão Pastoral da Terra e lá está o Parafuso, na coordenação. Depois, em 78, em João Pessoa, num encontro nacional, ele, pela primeira vez, ouve falar de Karl Marx. “Tivemos uma conversa com o Leonardo Boff e o que ele disse me levou a outras leituras. Vi que a classe dominante usa a bíblia para oprimir, mas que, lida e comparada com os escritos de Marx, a palavra de deus pode ser revolucionária. Isso iluminou a minha fé, me deu outro rumo. Devo isso ao Boff”.

É na CPT que Parafuso aprende que, luta mesmo, só no meio do povo. Não é à-toa que, nas reuniões e assembléias ele insistia em discutir a organização dos trabalhadores. “Eu lembro que a gente participava da luta contra Tucuruí e Itaipu e outras questões ligadas a terra. E foi numa tarde de discussão, embaixo de uma mangueira, que nasceu a idéia do MST. Com a construção das barragens, mais de 30 mil pessoas poderiam perder suas terras, outras tantas morreriam. A gente queria que a igreja interferisse, denunciasse ao país. Deu um bafafá, os bispos não queriam fazer a denúncia. Chamei todos de covardes, pois só Dom Pedro Casaldáliga e Dom José Gomes aprovavam a idéia. Quase apanhei”.

Naquela noite de confronto com a cúpula da CPT, em 1981, um grupo de 40 pessoas decidiu ficar até altas horas discutindo como articular uma luta poderosa pela terra. Entre eles estavam Josimo Tavares e João Pedro Stédile. Fizeram listas de endereços, pensaram estratégias e poucos dias depois iniciavam a caminhada para a formação de um movimento. Na volta para casa, Parafuso, junto com José Fritsch, já tinha como missão articular os cinco estados do sul. Um trabalho de organização que durou dois anos.

Parafuso conheceu a luta dos despejados de Nonoai, dos acampados da fazenda Burro Branco e dos camponeses da Encruzilhada Natalino. Todas eram experiências de luta do povo sem-terra. Foi a partir daí que se pensou na estratégia de montar acampamentos com as famílias que não tinham terra. E então, em 1984, no mês de janeiro, em Cascavel, numa reunião que juntou perto de 80 pessoas, representando 12 estados da federação, nasce o Movimento dos Sem-Terra. A primeira ocupação organizada por eles foi a da fazenda Santa Idalina, no Mato Grosso, envolvendo mais de mil famílias de “brasiguaios” (moradores na fronteira com o Paraguai). “Naqueles dias, a gente era muito transparente, falava das ocupações nos botecos, nas igrejas, então, quando a gente chegava, já estava lá a polícia”.

Mas, a prática foi qualificando. Onde era detectado o erro, havia a discussão, o estudo. A duras penas foram evitadas as divisões, as tendências, o caciquismo, tudo para que o movimento crescesse de forma unitária, coesa. Parafuso esteve sempre ali, na luta. Acredita que o Brasil, a América Latina, têm um poder imenso na formação de um outro tempo. “No dia em que os camponeses disserem não ao império ianque, nós botamos fogo na América”.

Hoje ele olha para a caminhada que fez, desde quando era um pregador da palavra

de deus, ortodoxo e fanático, até o homem que tem o MST marcado na alma, e se emociona. “Eu me construí na luta. Sofri muito envolvido com o partido, com o trabalho, botando meus filhos para trabalhar na roça ainda crianças, deixei minha família muito só. Mas, hoje, sei que valeu a pena. Tenho filhos maravilhosos, todos envolvidos na luta, e tenho minha mulher, companheira, firme do meu lado”.

Parafuso, além do trabalho no MST, também foi um dos fundadores do PT e chegou a concorrer a deputado estadual e federal. “Não me elegi e creio que foi bom. Talvez eu tivesse sido cooptado pelo parlamento. Hoje desacreditei da luta via parlamento.

Foi melhor ter ficado 100% MST. Foi como fazer mestrado e doutorado junto dos trabalhadores”. O homem do MST é um homem duro. Diz ele que nunca havia chorado na vida. Apenas uma vez isso aconteceu. Quando foi homenageado pelo MST e Jaime Amorim falou de sua mulher, Maria Helena. “Ele disse: - Parafuso conciliou a luta e a família. Mas a responsável é a mulher que ele tem. Foi aí que chorei. Porque era verdade. Nas minhas andanças, eu chegava na minha casa, com a mala cheia de roupa suja, e já tinha outra, com roupas limpas, em cima da cama, pronta para eu ir adiante. Minha mulher é tudo pra mim”.

A família de Parafuso é o seu maior tesouro. Um filho é dirigente do MST, uma é médica em Cuba, outros dois são músicos, outro trabalha no campo e uma filha é professora. Além disso, tem uma garotinha de 16 anos, adotada. “Todos estão na luta”, diz, com orgulho.

O dirigente do MST segue seu caminho, ligeiro, seguro. Quer a vida digna e não vai descansar enquanto não vier. “Não somos nós que rompemos a ordem. Quem faz isso são os dominantes quando não dão saúde, educação, quando impõem a fome. O sistema capitalista é uma planta de ciclo vencido. Nós, do MST, plantamos uma planta nova, que vai vingar...”



“Eu me construí na luta. Sofri muito envolvido com o partido, com o trabalho, botando meus filhos para trabalhar na roça ainda crianças, deixei minha família muito só. Mas, hoje, sei que valeu a pena. Tenho filhos maravilhosos, todos envolvidos na luta, e tenho minha mulher, companheira, firme do meu lado”.

